

HABEAS CORPUS Nº 570.243 - RJ (2020/0078755-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : CEZAR AUGUSTO CALIFE CORREA JUNIOR
ADVOGADO : CÉZAR AUGUSTO CALIFE CORREA JÚNIOR - SP265255
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : MAYCON RODRIGO DE MORAES DA SILVA (PRESO)
OUTRO NOME : MAYCON RODRIGO DE MORAES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MAYCON RODRIGO DE MORAES DA SILVA ou MAYCON RODRIGO DE MORAES em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Consta dos autos que o paciente foi preso em 23/07/18 pela suposta prática do crime de associação para o tráfico de drogas tipificado no art. 35 da Lei n. 11.343/06.

O impetrante alega que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal devido ao excesso de prazo na conclusão da instrução, além da situação de risco decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid-19). Narra que foi deferida prisão domiciliar ao corréu Laucemir em situação idêntica. Assim, requer que seja extendida a ordem concedida no RHC n. 125214/RJ ou, subsidiariamente, a revogação da prisão preventiva ou a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão contidas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O Relator do *habeas corpus* no Tribunal de origem indeferiu a liminar pleiteada.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante

ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular. Ademais, o pedido de extensão pressupõe as mesmas circunstâncias fáticas e jurídicas para sua concessão.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente